

Joana D'Arc Dias Martins

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM
FACE DO ATUAL ESTADO DE
COISA INCONSTITUCIONAL
E INCONVENCIONAL**

Prefácio de Hermes Zaneti Jr.

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0402-0

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Martins, Joana D'Arc Dias.

M386 Mudanças climáticas em face do atual estado de coisa inconstitucional e inconvençãoal./ Joana D'Arc Dias Martins./ Curitiba: Juruá, 2023.
300p.; 21 cm

1. Meio ambiente. 2. Mudança climática. 3. Direito ambiental. I. Título.

15 185111

CDD 342 (22.ed)
CDU 347.79

00061

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	21
INTRODUÇÃO	25
Capítulo 1 MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA	31
1.1 A EVOLUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL NA PROTEÇÃO AMBIENTAL E A MUDANÇA CLIMÁTICA.....	31
1.1.1 Acordo de Paris: Primeiro Verdadeiro Acordo Internacional Global sobre Mudanças Climáticas	42
1.1.1.1 Brasil e suas contribuições nacionalmente determinadas perante o Acordo de Paris	47
1.1.1.2 A incorporação do Acordo de Paris pelo Estado brasileiro.....	53
1.1.2 A Mudança Climática como Manifestação da Crise Ecológica Global	60
1.1.2.1 A mudança climática no contexto da sociedade de risco.....	65
1.1.2.2 Origem antrópica da mudança climática: consenso científico	72
1.2 O FLORESCIMENTO DO DIREITO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	76
1.3 A PROTEÇÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	78
1.3.1 A “Constitucionalização” do Direito Ambiental	80
1.3.2 A Dimensão Ecológica e Climática da Dignidade Humana.....	83
1.3.3 Direito Fundamental ao Clima Estável e os Correlatos Deveres Estaduais de Proteção Previstos na CF/88	86
1.3.4 O Princípio Constitucional da Proibição de Retrocesso e o Dever de Progressividade do Regime Jurídico Ecológico.....	92
1.3.5 Diálogos das Fontes e Controle de Convencionalidade na Seara Ambiental e Climática.....	101
1.3.6 Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 37/2021	108

1.4	POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (LEI 12.187/2009): PANORAMA ATUAL.....	110
Capítulo 2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-EVOLUTIVO DO RECONHECIMENTO DO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO.....		
2.1	O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS AMBIENTAIS	123
2.1.1	Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos.....	126
2.1.2	A Proteção Ambiental pela Via Reflexa nos Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos – Sistema Europeu e Sistema Interamericano	128
2.1.3	Opinião Consultiva n. 23/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos: “Ecologização” da sua Jurisprudência.....	135
2.2	INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A MUDANÇA CLIMÁTICA E A CRISE DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS.....	140
2.2.1	Violação dos Direitos Humanos Fundamentais como Consequência da Mudança Climática	142
2.2.2	Injustiça Ambiental: Interface entre Pobreza e Degradação Ambiental ..	149
2.2.3	A Justiça Climática como Desdobramento da Justiça Ambiental e seus Aspectos Socioambientais.....	154
2.3	DESASTRES AMBIENTAIS E VULNERABILIDADES: A MUDANÇA CLIMÁTICA COMO MULTIPLICADOR DE RISCOS.....	160
2.4	ESTADO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	166
2.5	O DIREITO À GARANTIA AO MÍNIMO EXISTENCIAL AMBIENTAL E CLIMÁTICO E O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	172
Capítulo 3 LITIGÂNCIA CLIMÁTICA E ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL E INCONVENCIONAL NO CONTEXTO DO ESTADO BRASILEIRO.....		
3.1	MUDANÇA CLIMÁTICA E GOVERNANÇA	185
3.1.1	Litigância Climática como Mecanismo de Fortalecimento da Governança	188
3.1.2	Litigância Climática sob a Perspectiva Estratégica	190
3.1.3	Impactos Regulatórios Decorrentes da Litigância Climática	193
3.2	LITIGÂNCIA CLIMÁTICA COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL AO CLIMA ESTÁVEL E SEGURO	195

3.3	LITIGÂNCIA CLIMÁTICA E SEPARAÇÃO DE PODERES	198
3.4	PANORAMA DA LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NO CONTEXTO INTER- NACIONAL E NO BRASIL	203
3.4.1	Litigância Climática no Contexto Internacional	204
3.4.1.1	Massachusetts v. EPA	208
3.4.1.2	Urgenda v. Holanda.....	209
3.4.1.3	Leghari v. Paquistão	211
3.4.1.4	Futuras Gerações v. Ministério do Meio Ambiente da Co- lômbia.....	212
3.4.1.5	<i>Friends of the Irish Environment (FIE) v. Irlanda</i>	214
3.4.1.6	Neubauer <i>et al</i> v. Alemanha	215
3.4.2	Litigância Climática no Brasil	217
3.5	RECENTES RETROCESSOS PRATICADOS PELO ESTADO ADMINIS- TRADOR NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL E CLIMÁTI- CA NACIONAL CONFIGURADORES DE UM ESTADO DE COISA IN- CONSTITUCIONAL E INCONVENCIONAL.....	226
3.6	O LITÍGIO CLIMÁTICO ESTRUTURAL COMO FERRAMENTA PARA A TUTELA AMBIENTAL E CLIMÁTICA ENQUANTO DIREITOS FUN- DAMENTAIS.....	242
3.7	O ATUAL ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL E INCONVEN- CIONAL – AMBIENTAL E CLIMÁTICO – NO CONTEXTO DO ES- TADO BRASILEIRO PASSÍVEL DE SER RECONHECIDO LEGITI- MAMENTE PELO STF POR INTERMÉDIO DA LITIGÂNCIA CLIMÁ- TICA	248
	CONCLUSÕES.....	261
	REFERÊNCIAS.....	269